

O IMPULSO que o Marechal José Pessoa deu aos trabalhos da seleção definitiva do sítio, as entrevistas periódicas concedidas à imprensa do país, procurando convencer a população de todos os quadrantes da Pátria da necessidade inadiável da transferência da capital, a seriedade com que tratou do problema fez com que a idéia, posta em ponto morto durante tanto tempo e quase que desmoralizada ante a opinião pública, resurgisse da maneira mais viril e entusiástica.

Prova do que afirmamos é o interesse demonstrado pela população de todo o país durante a campanha sucessória de 1955. No dia 4 de abril de 1955, ao iniciar a sua campanha eleitoral, em Jataí, Estado de Goiás, o então candidato Juscelino Kubitschek, iniciando o seu diálogo com o povo da cidade (prática que o candidato adotou durante a sua campanha), é indagado por um popular, presente ao comício, se ele transferiria a capital para o Planalto Central se fosse eleito Presidente da República.

O Presidente Juscelino sempre confidenciou, na intimidade, quando se referia a esse fato, que, na ocasião, titubeou, porque, sinceramente, não estava ainda nas suas conjecturas a transferência da capital. Par a responder, porém, ao popular, disse o então candidato que, se a Constituição de termina que a Capital seja transferida para o interior, ele cumpriria a Constituição.

Depois de eleito, o Presidente sempre comentava o fato e informava que a idéia lhe veio à mente durante aquele primeiro comício e foi amadurecendo ante tantas e tão repetidas perguntas que lhe eram feitas sobre o assunto durante sua longa campanha de candidato. E as perguntas sobre a mudança da capital eram permanentes e em todos os recantos do país.

Estava, pois, nas ruas, na consciência do povo, a necessidade da mudança.

O Marechal Pessoa havia participado, através de sua palavra, desse necessário preparo psicológico para a mudança: agora era o próprio povo que exigia a transferência da capital.

Ainda no ano de 1955, convém que citemos alguns atos de grande alcance.

No dia 11 de maio de 1955, o governo de Goiás, baixou um decreto, suspendendo toda e qualquer alienação de terras devolutas e outras do domínio estadual compreendidas na área do Distrito Federal e suas adjacências.

Em julho de 1955, o Governo do Estado de Goiás e as bancadas goianas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal enviam um memorial ao Presidente da República pedindo que fosse homologado, por decreto executivo, o local da futura capital, merecendo o memorial longo parecer do Consultor Geral da República.

Já no mês de outubro de 1955, o Estado de Goiás cria uma Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, cuja presidência é confiada a um goiano ilustre, médico de renome, o Dr. Altamiro de Moura Pacheco. Esta Comissão viria, posteriormente, ser responsável pelas primeiras e principais desapropriações, realizando importante trabalho de levantamento e prestando relevante serviço a causa da transferência da capital. Muitas desapropriações só foram possíveis de realizar pelo baixo preço então proposto, graças à pertinácia e o espírito público do Dr. Altamiro de Moura Pacheco, tudo isto aliado ao grande conhecimento que esse digno brasileiro tinha dos homens da região, os quais o respeitavam e o acatavam.

A seis de novembro de 1955 é sancionado o Orçamento da República para o ano de 1956, consignando a verba de Cr\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de cruzeiros) para as despesas com a desapropriação da totalidade da área do Distrito Federal.

Já a 30 de dezembro de 1955, a Comissão de Cooperação conseguia, por meio amigável, a primeira desapropriação — por sinal, a mais importante, pois os quase quatro mil alqueires adquiridos compreendiam a área situada entre os

rios Bananal e Torto, onde se iriam edificar os principais prédios da futura cidade. A grande área desapropriada se denominava fazenda Bananal e foi adquirida por oitocentos cruzeiros cada alqueire.

Em fins de 1955, já estava eleito o novo Presidente da República e a Comissão de Localização da Nova Capital havia passado por uma transformação, através do decreto número 38.281, de 9 de dezembro de 1955 passando a ser Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal.

Ao tomar posse o Presidente Kubitschek, o Marechal Pessoa colocou o cargo à disposição do novo governo. Rejeitado o pedido de demissão pelo Presidente da República, o Marechal Pessoa continuou no seu posto. E a 16 de fevereiro de 1956, o Marechal enviava ao Presidente um programa de trabalho (o nome de Vera Cruz aparece no texto, pois este era o nome preferido pelo Marechal para a futura cidade).

Eis o documento firmado naquela data e enviado ao Chefe do Governo:

“A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal resolveu, no ano que findou, de maneira integral e eficiente, a primeira e mais difícil etapa do grande problema da mudança da Capital Federal, escolhendo, no Planalto Central, o sítio para a Nova Capital e o território para o futuro Distrito Federal, dentro das condições técnicas exigidas.

“Agora, estamos em condições de prosseguir com segurança na obra cíclica da construção da terceira metrópole do Brasil, o que, na realidade, significa a retomada da marcha para o oeste, em que Vera Cruz será a vanguarda desse irresistível avanço para o sertão, levando, assim, para aquelas paragens, a civilização e o progresso, numa contribuição inestimável à grandeza da Pátria.

“Todavia, em continuação aos nossos trabalhos, estabelecemos a seguinte tarefa para o corrente ano:

“Primeiro — Demarcação das fronteiras do Distrito Federal;

“Segundo — Levantamento de cartas, nas escalas de 1 por 2.000 e de 1 por 1.000, dos terrenos sobre os quais vai ser edificada a cidade;

“Terceiro — Desapropriação da área de 5.850 km², destinada ao Distrito Federal.

“Quarto — Planejamento da nova Capital;

“Quinto — Avanço em direção ao sítio da nova cidade, com a possível urgência, das vias de comunicações.

“Se tudo correr como desejamos, sem quaisquer complicações, deveremos ter executado este programa até os primeiros meses do próximo ano (1957), ficando o problema de tal maneira encaminhado que não poderá sofrer solução de continuidade. Assim sendo, em 1957, poderemos iniciar a terceira fase da mudança, com o início da construção da Nova Capital”.

Ainda em 1955, antes da eleição e posse do Presidente Kubitschek, muitas providências foram tomadas, fatos importantes se desenvolveram.

Logo após a escolha do sítio Castanho, do que seria em breve a sede do governo, o Marechal Pessoa providenciou para que fosse erguida uma cruz de madeira, no ponto mais alto do sítio, a 1.173 metros de altura, naquele mesmo local, onde, em fevereiro de 1955, estivemos e de onde se descortina o horizonte infinito em todas as direções. Aquela cruz de madeira, fincada no local hoje alcunhado de Cruzeiro, está ali desde maio de 1955. É a verdadeira pedra fundamental da cidade, é o verdadeiro marco histórico, é

o real testemunho da nossa fé na construção da cidade, é o símbolo de Brasília. Mais tarde, em 1957, ali foi rezada a primeira missa festiva, oficiada por D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, arcebispo de São Paulo.

Penas é que as autoridades de Brasília, sem exceção, tenham abandonado a praça histórica.

Ainda em maio de 1955, o Marechal José Pessoa pediu ao Estado de Goiás que construísse um aeroporto para a nova cidade, o que foi imediatamente realizado. O Governador de então mandou máquinas e homens para o Planalto e, sob a direção de Bernardo Sayão, vice-governador, foi construído o campo de pouso, de 2.700 metros, em apenas dois meses, sem que nele faltasse uma tosca, mas indispensável estação de passageiros. Em letras enormes foi desenhado o nome do aeroporto: Vera Cruz. Esse aeroporto serviu para as primeiras viagens realizadas.

A enorme pista de terra estava localizada em um dos pontos indicados por Belcher para instalação de aeroportos, ou seja, junto à atual estação final de estrada de ferro. Foi nesse aeroporto que desembarcou, pela primeira vez em Brasília, em 1965, 2 de outubro, o Presidente Kubitschek e sua comitiva e muitas outras comitivas que, em fins de 1956, vinham visitar o cerrado deserto, que um dia se transformaria na mais bela capital do mundo.

Ainda em 1955, o Marechal Pessoa providenciou a construção de um pequeno campo de pouso, junto à fazenda do Gama, perto do Catetinho, pista de apenas oitocentos metros, a qual foi de grande utilidade para a Novacap, nos seus primeiros meses de vida.

Mas não ficou nisso a atividade do Marechal Pessoa.

No dia 2 de dezembro de 1955, firma ele um contrato com firma especializada para fazer um levantamento aerofotogramétrico de uma área de 150 quilômetros quadrados, situada entre o Rio Torto e o ribeirão do Gama, para a confecção de cartas nas escalas de 1 por 1.000, cartas estas que foram de preciosa utilidade para a construção da cidade e que já estavam prontas quando do lançamento do concurso para o Plano Piloto da Capital, em setembro de 1956.

De interesse histórico é a decisão do Governo, aprovando a escolha do sítio para a construção da nova Capital. A decisão governamental está contida no “Diário Oficial” de 10 de setembro de 1955, em processo da Presidência da República número 19.685-55:

“O Senhor Presidente da República, em face do Relatório contendo as conclusões da primeira fase dos trabalhos da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, proferiu o seguinte despacho:

“Considerando que a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, instituída para

executar o disposto no artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e na Lei número 1.803, de 5 de janeiro de 1953, concluiu a primeira fase de seus trabalhos, na forma dos Decretos números 32.976, 33.769 e 36.598, respectivamente de 8 de junho, 5 de setembro de 1953 e 11 de dezembro de 1954, e apresentou o seu Relatório, resolvo aprová-lo e homologar a escolha do sítio e delimitação da área fixada para a Nova Capital, com as características seguintes (seguem-se os limites do Distrito Federal).

“Determino ainda que a Comissão prossiga nos trabalhos, de acordo com a Lei e os Decretos já referidos e que se encaminhe o Relatório ao Ministro da Justiça, a fim de ser preparado o expediente concretizando as medidas sugeridas”.

Ainda ao tempo do Presidente Café Filho, o Marechal José Pessoa dirigiu uma exposição de motivos ao Governo, na qual sugeria fosse batizada a Nova Capital com o nome de Vera Cruz.

Da exposição, transcrevemos os seguintes trechos:

“A história nos ensina que a armada de Pedro Álvares Cabral começou a avistar, desde as três horas da tarde de 22 de abril de 1500 “um grande monte muito alto e redondo e outras serras mais baixas ao sul dele, e terra chã, com grandes arvoredos”. Ao monte pôs Cabral o nome de Monte Pascoal e à terra — supondo que se tratasse de uma ilha — Ilha de Vera Cruz.

“A inspiração do descobridor fez surgir, então, esse primitivo nome, selando, desde aquele momento histórico, os povos brasileiro e portugueses.

“Vera Cruz significa, pois, uma veneranda tradição da nossa Pátria, envolve-nos carinhosamente sob o manto da fé, relembrando o primeiro nome dado ao nosso país — o título que, num momento de alegria, de exaltação e de vitória, aflorou aos lábios do grande descobridor, ao contemplar a terra brasileira, Vera Cruz — a cruz verdadeira.

“Vera Cruz representa, portanto, para nós, a continuidade histórica da nossa Pátria civilizada, no decorrer dos séculos, à sombra do sagrado madeiro.

“Pelo exposto, tenho a honra de sugerir a Vossa Excelência o nome de Vera Cruz para batismo da futura Capital Federal do Brasil”.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA;

XVI - Nos Primórdios de 1956

C.B.
08/08/65
MUNICÍPIO DE BRASÍLIA

ERNESTO SILVA